

O LUGAR SOCIAL DOS ESCRAVOS NAS CIDADES A PARTIR DA ICONOGRAFIA APRESENTADA NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA, SOCIEDADE & CIDADANIA DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR

The Social Place Of Slaves In Cities From The Iconography Presented In The History, Sociedade & Citizenship Book Of Alfredo Boulos Júnior

El Lugar Social De Los Esclavos En Las Ciudades A Partir De La Iconografía Presentada En El Libro Didático Historia, Sociedad Y Ciudadanía De Alfredo Boulos Júnior

Ivã Dutra Lima

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

ivandutra@yahoo.com.br

Resumo

Pensar as cidades por suas possibilidades – trabalho, lazer, cultura, transporte, medicina, gastronomia, segurança – é inferir sobre o universo urbano a partir de uma lógica positiva, de fascínio sobre as pessoas, atuando como atrativos para quem busca uma “vida melhor”. No entanto, as cidades não são espaços homogêneos, engessados, pois são constituídas de um tecido social eclético e com interesses variados. Existem, dessa forma, além das percepções positivas, percepções negativas sobre o universo urbano; violência, desemprego, caos no setor de transportes, favelização, desigualdade social. Tal configuração marcada por desigualdades e hierarquização se encontram na gênese do processo de formação do Brasil, onde a escravidão foi fundamental para alicerçar o modelo econômico agroexportador implantado pela nação portuguesa. Desse modo, estruturou-se uma sociedade cuja forma apoiou-se no arquétipo: desigualdade, distinção, hierarquização. Lógicas historicamente enraizadas que atravessaram o tempo se fazendo presente até os dias atuais da sociedade. Pensar o lugar social do escravo nas cidades nesses períodos, a partir das iconografias, constitui-se na possibilidade de leitura de um determinado contexto histórico, cujo diálogo com o tempo presente, nos oportuniza fomentar o debate sobre a questão racial em voga no Brasil atual.

Palavras-chaves: Escravidão; Cidades; Iconografias.

Abstract

To think of cities for their possibilities - work, leisure, culture, transportation, medicine, gastronomy, security - is to infer about the urban universe from a positive logic, from fascination about people, acting as attractions for those who seek a "better life". However, cities are not homogeneous spaces, plastered, because they are constituted of an eclectic social fabric and with varied interests. There are thus, in addition to positive perceptions, negative perceptions about the urban universe; violence,

unemployment, chaos in the transport sector, favela, social inequality. Such a configuration marked by inequalities and hierarchy is in the genesis of the formation process of Brazil, where slavery was fundamental to support the agroexport economic model implanted by the Portuguese nation. In this way, a society whose form was based on the archetype: inequality, distinction, hierarchy, was structured. Historically rooted logics that have crossed the time making present until the present day of the society. To think of the social place of the slave in the cities in these periods, based on the iconographies, constitutes the possibility of reading a certain historical context, whose dialogue with the present time allows us to foment the debate on the current racial question in Brazil.

Keywords: Slavery; Cities; Iconographies.

Resumen

En el caso de las ciudades por sus posibilidades - trabajo, ocio, cultura, transporte, medicina, gastronomía, seguridad - es inferir sobre el universo urbano a partir de una lógica positiva, de fascinación sobre las personas, actuando como atractivos para quien busca una "vida mejor". Sin embargo, las ciudades no son espacios homogéneos, engrosados, pues están constituidos de un tejido social ecléctico y con intereses variados. Existen, de esta forma, además de las percepciones positivas, percepciones negativas sobre el universo urbano; violencia, desempleo, caos en el sector del transporte, favelización, desigualdad social. Tal configuración marcada por la desigualdad y la jerarquía son la génesis del proceso de formación en Brasil, donde la esclavitud era esencial para consolidar el modelo económico agroexportador implementado por la nación portuguesa. De ese modo, se estructuró una sociedad cuya forma se apoyó en el arquetipo: desigualdad, distinción, jerarquización. Lógicas históricamente arraigadas que atravesaron el tiempo haciéndose presente hasta los días actuales de la sociedad. Pensar el lugar social del esclavo en las ciudades en esos períodos, a partir de las iconografías, se constituye en la posibilidad de lectura de un determinado contexto histórico, cuyo diálogo con el tiempo presente, nos permite fomentar el debate sobre la cuestión racial en boga en el Brasil actual.

Palabras claves: Esclavitud; ciudades; Iconografía.

Introdução: a urbe e suas possibilidades

Pensar o universo urbano nos leva a uma reflexão sobre as diversas possibilidades que as cidades ofertam aos seus moradores: trabalho, lazer, cultura, gastronomia, segurança, medicina, transporte...enfim, uma gama de produtos e serviços se descortinam diante de um eclético tecido social que se alimenta do fascínio urbano e da percepção de que viver na cidade é algo positivo, pois ali encontram-se os meios possíveis para uma vida segura e melhor.

Opera-se, assim, a partir de um olhar positivo sobre as cidades, um espaço de possíveis realizações e construção de um futuro carregado de uma infinidade de possibilidades, realizações materiais, profissionais e pessoais. Há uma iconografia que se revela sobre os olhares das pessoas que vivem nas cidades instigando uma visão positiva do universo urbano; arquétipos publicitários que se originam de fontes variadas (empresas,

governos...) fomentam percepções de que as cidades são lugares primorosos para quem busca oportunidades, segurança e conforto. Em resumo, há uma iconografia que opera numa lógica segundo a qual a cidade é o Éden na terra, pois a cidade não é apenas concreto, é, também, uma construção, um entrecruzamento de discursos que legitimam suas virtudes, visto que “a cidade existe nos discursos tanto quanto em seus espaços concretos” (SARLO, 2014, p. 92).

O esforço nesse sentido, mostrar a cidade enquanto Éden moderno, é perceptível numa vasta iconografia sobre as cidades, articulado principalmente a partir do esforço dos governantes e do mercado publicitário, pois ambos se alimentam dessa glamorização do universo urbano. Observemos nas imagens abaixo um exemplo desse lastro imagético que apresenta as cidades dando destaque para os aspectos positivos nelas existentes.



Fotografia de Alexandra Giuliatti e Fotografia de Longzijun (respectivamente)

Implicitamente, quando se pensa a cidade por essa lógica positiva, somos levados a considerar o espaço urbano enquanto espaço de oportunidades. A cidade a todos abraça sem distinção, pois “a cidade não oferece a todas a mesma coisa, mas a todos oferece alguma coisa, mesmo aos marginais que recolhem as sobras produzidas pelos incluídos” (SARLO, 2014, p. 5). A cidade é o arquétipo de felicidade até para os que vivem das sobras nela produzidas.

É evidente que essa visão positiva sobre as cidades não é algo preso no campo da publicidade e dos discursos, é, antes de tudo, uma operação concreta que se alicerça nas ações cotidianas das pessoas que acreditam, alimentam e realimentam essa percepção virtuosa em relação ao universo urbano, visto que é válido deixar claro que “a publicidade por si só não teria produzido esse efeito porque se trata de um saber prático que inclui orientações espaciais e um repertório de sensações familiares” (SARLO, 2014, p. 25).

Mas a cidade não é um espaço homogêneo, onde impera apenas uma visão sobre a mesma. A cidade é um espaço marcado pelo ecletismo, pelo desfile de pessoas de origens

diversas, com sonhos variados e ocupando lugares distintos na escala social. Assim sendo, as percepções sobre a cidade transitam num mosaico de opiniões que se combinam e se cruzam gestando num mesmo contexto várias cidades dependendo de quem vive nela, a partir de lugar físico/social ocupado por quem nela opera e fala sobre ela. Sobre isso, Pesavento afirma:

Assim é que as qualificações de perigosa ou segura, limpa ou suja, ordenada ou anárquica, bela ou feia para uma cidade variavam de acordo com os produtores ou consumidores do espaço. Ainda com base no mesmo raciocínio é que podemos afirmar que há “leitores privilegiados” da cidade, com habilitações culturais, profissionais e estéticas que os dotam de um olhar refinado, sensível e arguto. É o caso dos citados escritores, fotógrafos e pintores do urbano, que resgatam as sensibilidades do real vivido, estabelecendo com a cidade uma relação privilegiada de percepção (PESAVENTO, 1995, p. 284)

A sensibilidade e a forma de olhar a cidade, no entanto, não é privilégio de uns poucos eleitos, pois todos que a habitam inferem representações sobre o espaço urbano e sobre si, enquanto sujeito que opera no espaço urbano. Daí a cidade ser um mosaico de representações,

Pois as percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

Sendo dessa forma considerado algo que transcende ao engessado concreto que a materializa fisicamente. Configuram-se, assim, múltiplas percepções sobre o espaço urbano, indo das percepções positivas às percepções negativas, que pensam a cidade pela dinâmica da precariedade, daquilo que o discurso positivo não oferta na prática. São pessoas cujo discurso sobre a cidade opera na lógica da falta, do não oferecido, a distância concreta entre o real e o sonhado, “a “circularidade cultural” que permite a troca de signos entre o que se poderia chamar a “cidade real vivida” dos consumidores da urbe e a “cidade sonhada” dos produtores do espaço, ou ainda entre a contracidade dos excluídos do sistema, na “contramão” da vida, e a cidade ordenada, bela, higiênica e segura das propostas burguesas (PESAVENTO, 1995). Abaixo observemos algumas iconografias que nos oferece representações da cidade pela lógica da falta, no seu aspecto negativo:



Fotografia de Lucas Landau/VEJA e Fotografia de Alf Ribeiro/Istock (respectivamente)

Pensar o espaço urbano enquanto espaço de residência, passagem e circulação de pessoas, nos convida a uma breve reflexão: a cidade é um vetor de interesses e representações diversas, pois a lógica “maquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo. O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido” (BRESCIANI, 1985, p. 37).

Há um jogo de poder e interesses que ganham corpo e dinamizam a feição da cidade, que vai se transformando fisicamente (e culturalmente) a partir desse embate de forças. Assim, a moldura social heterogênea aponta para relações conflituosas entre sujeitos que ocupam, espacialmente e socialmente, lugares diferentes no universo urbano. A cidade é, historicamente, o espaço de atração, conflito e vivência.

A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado (SANTOS, 1994, p. 40).

As relações sociais na maioria das cidades modernas são dialógicas e fundamentadas na premissa legalista, onde as pessoas transitam sob a égide do controle via ação do Estado, que se materializa nos diversos agentes que representam o poder estatal, responsável pela implantação e manutenção da ordem, “a lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado. Para exercer esta intervenção, todo um aparelho de Estado vai ser organizado” (ROLNIK, 1995, p. 54-55).

Considerando as inferências feitas até aqui, iremos focar mais precisamente no objeto do nosso trabalho, ou seja, analisar o lugar social dos escravos nas cidades a partir de um levantamento iconográfico da coleção História, sociedade & cidadania, de Alfredo Boulos

Júnior, FTD. A coleção foi escolhida levando-se em consideração os dados fornecidos pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático, visto que foi a coleção com a tiragem de 3.387.161 para o triênio 2017/18/19, maior tiragem para o referido triênio. O recorte temporal para efeito de análise vai do Período Colonial ao Período Imperial (1500-1889). O longo aporte temporal se justifica pelo entendimento de que ao longo do referido período a escravidão foi fenômeno marcante na vida econômica e social do Brasil, conforme nos alerta Josenildo Pereira.

Desse modo se argumenta que a formação histórico-social e cultural brasileira, no contexto do “Novo Mundo”, decorreu de um processo tenso e complexo urdido a partir do encontro de povos com fundamentos culturais diferentes, a saber: europeus, africanos e nativos da terra; do modo como os sujeitos egressos destes campos foram inseridos na dinâmica desse processo, mas, também, da maneira como conseguiram refazer as suas experiências de vida em face das contingências que aquela realidade impunha a eles (PEREIRA, 2014, p. 131).

Tal percepção é fundamental para compreendermos que a formação histórica da sociedade brasileira não se deu de forma homogênea, mas, sim, ocorreu marcada pelo encontro e choque de culturas diferentes, que ocupando espaços sociais e econômicos diferentes na lógica do arquétipo econômico que se implantou na colônia, resultou num tenso jogo de poder no âmago das relações sociais que ganharam corpo no processo de colonização e na fase imperial. Configura-se assim, uma sociedade marcada por contradições e pela dureza nas relações de exploração cuja marca visível foi a escravidão, que deixou marcas históricas profundas em nossa sociedade. A escravidão essencial para a produção das riquezas no âmbito de um arcabouço econômico estruturado na moldura: agroexportação, escravidão e monocultura.

Nesse sentido, sob o viés do materialismo histórico, Prado Jr. nos alerta que aqui se verificou “o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que uma antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 310 apud PEREIRA, 2014, p. 131). Assim, a escravidão foi coluna fundamental no processo de formação do Brasil por ser a mão produtora das riquezas que sustentaram tanto o modelo agroexportador, tão fundamental para o enriquecimento das nações europeias, caso de Portugal, que colonizou o Brasil, quanto de uma produção existente para a manutenção interna da colônia.

Uma reflexão sobre o lugar social do escravo nas cidades no recorte temporal em análise não se faz compreensível se não levarmos em consideração o papel desempenhado pela escravidão na estruturação da economia e da sociedade brasileiras, com desdobramentos de todas as ordens, inclusive cultural. Constitui-se, assim, uma sociedade marcada pela tensão nas relações entre senhores e escravos, visto que o escravo é, também, uma propriedade; um ser humano tomado como propriedade, cujo resultado do que produz pertence a outro, assim como sua liberdade também pertence a outro. Uma tessitura social dinâmica e complexa, marcada pela distinção entre pessoas que ocupam lugares sociais e econômicos diferentes espacialmente e economicamente. É a gênese de uma sociedade contraditória, desigual e com um processo histórico marcado por lutas que se esgarçaram no espaço e no tempo, reflexos de um arquétipo social excludente.

Um pouco sobre o papel do livro didático

Uma reflexão sobre o lugar social do escravo nas cidades brasileiras no período Colonial ao período Imperial a partir da iconografia em livros didáticos de história, nos leva a uma breve análise quanto à importância do livro didático de história no cenário educacional brasileiro atual.

Livros didáticos não são corpos alienígenas, ou artefatos soltos no espaço e no tempo, são, antes de tudo, produtos de uma determinada realidade histórica, imbuídos de valores, tradições, costumes, ideologias...e isso envolve um entendimento das relações de poder costuradas em determinado contexto histórico. Assim, deve-se levar em conta que a produção de livros didáticos envolve uma série de estratégias e ações que se combinam numa lógica de interesses configuradas em um contexto específico. Devemos destacar: políticas de governo; legislação vigente; processo de produção; processo de compra e dinâmica mercadológica. Em síntese, no livro didático há ideologia, há carga simbólica, há um universo de possibilidades na construção do saber, pois é um artefato inserido no processo ensino/aprendizagem. Bittencourt esclarece ainda que,

O livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é pro seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em uma determinada época (BITTENCOURT, 2005, p. 72).

Ao estabelecer uma relação dialógica com a sociedade, possibilita leituras e releituras de mundo. Problematizar esta questão, é entender a dinâmica e a complexidade do livro didático não só enquanto depositário do que se pretende ensinar, no âmbito do dito e não dito, mas também enquanto guardião da memória de uma determinada sociedade, pensando memória pela possibilidade não apenas da lembrança, mas no sentido mais amplo de orientar discursos e ações, produzindo e reproduzindo certos padrões de comportamento balizados na inferência do certo e errado para uma determinada realidade histórica. De acordo com Rusen,

Isso se dá quando, em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver-melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico (RUSEN, 2007, p. 87).

Portanto, a carga simbólica presente nos livros didáticos, por suas representações e sentidos de orientação que fornecem ao dialogar com seus interlocutores, deve ser vista com cautela, pois são produtos de agentes que atuando no espaço/tempo, na dinâmica dos interesses em voga em um determinado contexto histórico, fazem, ou buscam fazer valer seus interesses e imprimir seus aportes ideológicos para uma realidade social específica. É válida tal sustentação, na medida em que

O livro didático, como parte do currículo escolar, não deve ser concebido como neutro, nem tão pouco como estático, alheio aos conflitos, mas sim como um recurso que reflete interesses de grupos, como as demais expressões do cotidiano escolar. Recurso esse que está sujeito a mudanças e permanências, conforme o resultado de negociações em conjunturas marcadas por conflitos, ou conforme os interesses dos grupos que determinam o que é a cultura oficial para o ensino das novas gerações (CRUZ, 2011, p. 41).

Percebe-se, portanto, que o arcabouço iconográfico presente em um livro didático, assim como toda carga textual, não é fruto do acaso, ou de achismos, são discursos que partem de um lugar de fala, expressões daquilo que historicamente se deve falar ou calar, a partir das inferências de grupos que detêm o poder e pretendem fazer valer a visão oficial nos manuais de educação. É um processo dinâmico inserido em uma sociedade plural onde diversos agentes disputam espaços nos mais variados campos da vida em sociedade. É a sociedade um espaço de conflitos onde os discursos (lastro cultural) são de fundamental importância para a sobrevivência dos grupos que se afirmam, ou buscam se afirmar, em um determinado contexto histórico.

Salientamos, assim, a importância da iconografia para o processo dialógico com o passado, no sentido de possibilitar reflexões sobre o presente, bem como para o processo de compreensão das representações a cerca da realidade, entendendo a verdade enquanto construção a partir dos arquétipos simbólicos inerentes às expressões dos eventos históricos, inferências que retratam nuances de um determinado contexto histórico. A iconografia é carregada de intenções, pois não deixa de se constituir enquanto lugar de fala, portadora de certos discursos que, num determinado contexto histórico visam impor certos padrões/valores como fundamentais para nortear o comportamento no referido contexto. Dessa forma, as imagens são documentos históricos de suma importância a leitura e melhor compreensão da realidade, como faz notar Burke,

Em primeiro lugar, o retrato pintado é um gênero artístico que, como outros gêneros, é composto de acordo com um sistema de convenções que muda lentamente com o tempo. As posturas e gestos dos modelos e os acessórios e objetos representados à sua volta seguem um padrão e estão frequentemente carregados de sentidos simbólicos. Nesse sentido, um retrato é uma forma simbólica. (BURKE, 2004, p. 31)

A imagem é uma representação, uma interpretação do artista sobre o contexto vivido. Portanto, uma análise sobre o lugar do escravo nas cidades do Brasil colonial e imperial passa necessariamente por um olhar que leve em conta as observações feita até aqui. São arquétipos simbólicos gestados em contextos históricos distintos, possibilitando dialogar com tais contextos bem como aferir uma determinada percepção sobre eles. Em suma, “as imagens podem auxiliar a posteridade a se sintonizar com a sensibilidade coletiva de um período passado”. (BURKE, 2004, p. 38)

A iconografia escrava e a cidade

O aporte iconográfico ao qual exposto neste trabalho¹ nos apresenta escravizados exercendo atividades diversas no Brasil Colonial e Imperial, fazendo notar, de forma imediata, o peso da escravidão no processo de construção do Brasil. Por algum tempo foi comum pensar que a escravidão não estava nos centros urbanos, porém a historiografia já deu demonstrações do quanto esta ideia era enganosa. Imagens como a demonstrada abaixo perpetuavam a ideia de uma escravidão somente nos campos, fazendas e engenhos.

¹ Todas as imagens apresentadas nesse texto estão inseridas em BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania** do 7º e 8º anos. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015.



Detalhe de engenho real. Frans Post. (BOULOS, 2015, p. 286, 7º ano).



Fotografia de Marc Ferrez, 1875. Escravizados no terreno da fazenda Quititi, RJ. (BOULOS, 2015, p. 226, 8º ano).

Ambas são imagens clássicas de engenhos, onde escravizados e suas famílias eram fundamentais para o funcionamento da engrenagem na produção do açúcar e nas fazendas de café. É inegável o quanto braço escravo foi o alicerce que forjou a economia brasileira nos referidos períodos: Colônia e Império. Se no meio rural as atividades praticadas pelos escravos os colocavam envolvidos na sustentação da base econômica, os mesmos tiveram papel fundamental no desenvolvimento das cidades desempenhando atividades como trabalhos no calçamento de ruas, carregando de blocos de pedras para construção, foram essenciais para o funcionamento das cidades assim como exerciam toda e qualquer tarefa cotidiana que exigisse o uso dos serviços braçais.



Escravizados transportando água. (BOULOS, 2015, p.



Mulheres escravizadas vendendo alimentos na rua, provavelmente escravas de ganho (BOULOS, 2015, p. 27, 8º ano).



Obra Negros Calceteiros, obra de Jean Baptiste Debret, 1835. (BOULOS, 2015, p. 172, 8º ano).



Jean Baptiste Debret Séc.XIX. Gravura Biblioteca Nacional, Paris. (BOULOS, 2015, p. 17, 8º ano).



Câmara Municipal de Ouro Preto. (BOULOS, 2015, p. 270, 7º ano).

No entanto é necessário atentar para uma questão fundamental quando nos debruçamos sobre uma reflexão dessa natureza, ou seja, pensar a escravidão no Brasil implica em questionar a gênese do referido fenômeno em terras tupiniquins, conforme alerta Josenildo Pereira,

Desse modo, se compreende o Brasil como uma invenção transcultural, a despeito do fato de homens e mulheres de Portugal terem sido tornados os proprietários rurais porque usurparam a terra daqueles que nela viviam e que diversos povos africanos tenham, aqui, sido estabelecidos como escravos (PEREIRA, 2014, p. 131).

Fica claro, portanto, que a inserção da escravidão no Brasil não foi obra do acaso, pelo contrário, foi essencial na lógica dos interesses econômicos implementados pelo Estado lusitano: o estabelecimento de uma empresa exploratória estruturada visando enriquecer Portugal. O braço escravo foi o motor dessa engrenagem econômica e tinha papel bem definido aos olhos da coroa portuguesa.

Quando nos debruçamos sobre a iconografia produzida sobre a escravidão nos períodos em análise, alertamos para o fato de que as imagens nos possibilitam ver, mas não somente ver, e sim ver pelo viés analítico-crítico, ou seja, nos possibilitam uma relação dialógica com o passado, indo além de ver o passado pela imagem, mas suscitando uma leitura crítica do passado, pois “é ilusório pensar-se que as imagens se comuniquem imediata e diretamente ao observador, levando sempre vantagem à palavra [...]” (LEITE, 1993, p. 12 apud BOULOS JÚNIOR, 2015, p. 18).

Sendo polissêmicas, as imagens inferem interpretações, abrindo possibilidades para múltiplas leituras de mundo. Atentar para tal detalhe é alertar para o fato de que a iconografia tem que ser pensada enquanto fonte histórica, desse modo, conforme “ênfaticou Marc Bloch (2002) caber ao historiador realizar um esforço interpretativo acerca da fonte histórica que pretendo examinar, no sentido de fazê-la falar, de arrancar-lhe uma confissão a partir das (corretas) indagações lançadas ao documento” (MELO, 2010, p. 43). Portanto, as imagens não

devem ser naturalizadas, não devem ser tomadas como verdades imediatas, prontas e acabadas; devem ser tomadas enquanto possibilidade de leitura de um referido contexto histórico, pois não deixam de ser, as imagens, representações do ponto de vista de quem as produz. Por fim, “é importante sublinhar que a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver”. (PAIVA, 2006, p. 19 apud CRUZ, 2006, p. 8)

Dito isso, podemos destacar certos aspectos observados na análise do aporte iconográfico selecionado. Primeiro, a percepção de um Brasil construído pelo braço escravo; segundo a racialização da escravidão, demarcando lugares sociais e físicos para os negros. O negro escravizado, pela lógica iconográfica aqui analisada, é o agente por excelência realizador das variadas atividades manuais fundamentais para a manutenção da economia brasileira na colônia e no império. As dicotomias negro/escravo; escravo/trabalho; senhor/escravo; branco/negro, são naturalizadas e disseminam representações sobre o negro reforçando historicamente posturas racistas e discriminatórias em relação ao negro no Brasil; terceiro, apesar de apresentarem certas referências em relação ao contributo cultural de matriz africana na vivência cotidiana dos escravizados, o referencial que sobressaiu historicamente foi a do negro escravizado operando as mais variadas atividades econômicas, reforçando, como já dito anteriormente, a dicotomia negro/escravo.

Convém lembrar que as imagens analisadas neste trabalho estão presentes na coleção *Historia sociedade e cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, FTD, material didático que chega ao corpo discente inferindo certas visões de mundo, pois o lastro imagético contribui para que os alunos construam suas próprias representações, alicerçando valores e noções de comportamento que irão fundamentar operações cotidianas amparadas na lógica do que certo e errado, pois “a imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, instala modelos formadores, delimita territórios, aponta para os que são amigos e os que se deve combater”. (MEIRELLES, 1995 p. 101 apud CRUZ, 2006, p. 8).

Vemos, dessa forma, o peso que as gravuras presentes nos livros didáticos, se não bem trabalhadas pelo viés crítico, entendendo a imagem enquanto fonte que nos possibilita a análise de um referido contexto histórico bem como a desconstrução de certos arquétipos em voga na sociedade atual em relação ao negro, podem reforçar certas posturas racistas que se difundem no contexto social brasileiro, conforme nos alerta Bittencourt, o livro didático “é

um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”. (BITTENCOURT, 1977, p. 72 apud CRUZ, 2006, p. 9).

Após análise do aporte iconográfico que selecionado percebe-se que o lugar social do escravo nas cidades no Brasil Colonial e Imperial é o mundo do trabalho, realizando múltiplas tarefas, principalmente trabalhos manuais. Sendo as imagens representações de um determinado contexto histórico, não podemos perder de vista a inserção do escravo no esquema de produção voltado para atender aos interesses econômicos de Portugal e uma elite focada no lucro e na manutenção da propriedade, reforçando a visão do escravo enquanto máquina cuja única finalidade é manter a ordem econômica em pleno funcionamento. A bagagem cultural e sua importância no processo de formação da sociedade brasileira não é colocada em evidência e nem ressaltada em consonância ao valor do braço produtor do escravo no aporte imagético analisado. Apesar de haver uma certa ilusão de liberdade nos centros urbanos esta não é sobreposta aos trabalhos desempenhados pela mão-de-obra escrava.

Para melhor visualizarmos observemos as imagens abaixo em que homens e mulheres escravizados realizavam tarefas diversas nos centros urbanos, muitas das quais eram tarefas cotidianas bem comuns e rotineiras nas cidades como escravizado fazendo a barba de outro escravizado, e o fato de estarem descalços é uma denúncia da condição social de ambos. O andar descalço revela a condição social daqueles que eram escravos, era um sinal de distinção social. Vê-se escravizados transportando carne em uma área urbana, carregadores, vendedores seja do mais simples serviço a ser realizado o braço escravo era mão-de-obra necessária para a movimentação. Percebemos que os escravizados eram a força que movia a economia no Brasil.



Debret, século XIX. (BOULOS, 2015, p. 17, 8º ano).



Cortejo da rainha negra na Festa de Reis. (BOULOS, 2015, p. 60, 8º ano).



José Christiano Jr. c 1865. Coleção particular. (BOULOS, 2015, p. 252, 8º ano).



Jean-Baptiste Debret, 1834, Transporte da carne de corte. (BOULOS, 2015, p. 283, 7º ano).



Obra de Carlos Julião, séc. XVIII. Negras vendedoras, 1776. (BOULOS, 2015, p. 60, 8º ano).

Ou seja,

As pessoas submetidas à escravidão não tinham o direito de ir e vir pelas ruas, praças e becos das cidades a seu bel prazer. Só o podiam fazer portando autorização de seus proprietários, inclusive aqueles escravos e aquelas escravas que eram uma fonte de renda para seus senhores pelo trabalho que realizavam nas ruas, os já mencionados escravos de ganho que marcavam a paisagem humana das cidades, vendendo serviços (como carregadores, barbeiros, prostitutas, e em outras tantas atividades), ou vendendo produtos (frutas, verduras, aves, peixes, comidas prontas, vassouras, espanadores, entre outros) (FARIA, 2015, p. 369).

Eis outro aspecto importante a ser ressaltado quando se pensa a escravidão: a ação do Estado no sentido de manter a ordem em benefício das elites, submetendo os escravizados enquadrados no regime, reprimindo revoltas e fugas ao que na descrição de Foucault, (1984, p. 141) "o poder é um feixe de relações mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado", nesse sentido, entendemos os interesses das elites em se manter no topo da pirâmide, ou seja, manter em suas mãos o poder político e o poder econômico ao que significa que a manutenção da escravidão representava não apenas uma forma de dominação de uma pessoa sobre outra, mas a manutenção do capital político e econômico sob controle dessa elite.

As imagens revelam ainda que para além do mundo do trabalho, o lastro cultural forjado no Brasil a partir da presença africana contribuiu para forjar o que a sociedade brasileira é hoje. Se as imagens são fontes históricas carregadas de representações, e estão presentes nos livros didáticos espalhados pelos bancos escolares de todo o Brasil, ressaltamos a importância de pensar e trabalhar para que, a partir de suas análises, sejamos capazes de desnaturalizar suas verdades imediatamente transmitidas e fazer uma reflexão aprofundada não só quanto ao lugar ocupado pelos escravos nas cidades do Brasil Colonial e Imperial, mas, indo além, suscitar reflexões tais como: quem eram estas pessoas escravizadas? De onde vieram? Como foram inseridas na dinâmica da economia colonial nos referidos períodos? Qual foram as suas contribuições no processo de construção da sociedade brasileira? São

questões que nos colocam não apenas em diálogo com o passado, mas que contribuem para a construção de uma sociedade melhor.

Referências Bibliográficas

BITENCOURT, Circe (Org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania 7º ano**. São Paulo: FTD, 2015.

_____. **História sociedade & cidadania 8º ano**. São Paulo: FTD, 2015.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História** Co-edição com Editora Marco Zero. São Paulo, v. 5, nº 8/9, p. 35-68, 1985. Disponível em <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1907> Acesso em dezembro de 2018.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Pluralidade racial em livros didáticos: uma análise em conteúdos de história brasileira**. São Luís: EDUFMA, 2011.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. Análise iconográfica do trabalho escravo a partir de uma pintura de Debret. **Revista PerCursos**. Santa Catarina, v. 7, nº 2, p. 1-14, 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1521>> Acesso em janeiro de 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. Confrontos e encontros sociais: policiamento e escravidão em São Luis nos anos de 1830. In: CURY, Cláudia Enger Cury; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de; (organizadores). **O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos**. 1 ed., v. 1, São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 361-385.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Editora Graal, 1984.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Claunísio Amorim; CARVALHO, Germana Costa Queiroz; (organizadores). **Pergaminho Maranhense: estudos históricos**. São Luis: Café & Lápis, v. 1, 2010, p. 43-64.

PEREIRA, Josenildo de J. . SÃO LUIS: uma urbis transcolonial. In: Alan Kardec Gomes Pacheco Filho, Helidacy Maria Muniz Correa, Josenildo de Jesus Pereira. (Org.). **SÃO LUIS**

400 anos: (con)tradições de uma cidade histórica. 1ªed., São Luís: EDUEMA/Café e Lápis, v. I, 2014, p. 129-152.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, nº 16, p. 279-290, 1995. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008>> Acesso em dezembro 2018.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1995.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas funções do conhecimento histórico**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**, Hucitec, São Paulo, 1994.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

Recebido em: 30/05/2019
Aprovado em: 17/10/2019